

## **“A LEI DE REMESSAS DE LUCROS É UM PONTO ESSENCIAL, PORQUE PASSA A AFETAR TODO O CAPITAL ESTRANGEIRO INVESTIDO NO BRASIL”**

Samuel Pinheiro Guimarães Neto é um reconhecido e exitoso diplomata e intelectual brasileiro. Foi secretário-geral das Relações Exteriores de 9 de janeiro de 2003 até 20 de outubro de 2009. A partir de 2009, trabalhou como ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), no qual permaneceu até 31 de dezembro de 2010, no final do Governo Lula. Em 19 de janeiro de 2011, o embaixador foi designado Alto-Representante Geral do Mercosul tendo como funções a articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do bloco. Como Alto Representante, Samuel Pinheiro coordenava a implementação das metas previstas no Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do Mercosul, aprovado em Foz do Iguaçu em 16 de dezembro de 2010. Renunciou ao cargo, contudo, em 28 de junho de 2012.

RARI – A América Latina para o Brasil...

SPG – A América Latina, e principalmente a América do Sul, é atualmente o centro da política externa brasileira. O Brasil é um país que mantém relações com países de todos os continentes, mas as relações com os países da América do Sul são de grande importância, tanto economicamente quanto do ponto de vista político. Eu acho que, com a inclusão da Venezuela no MERCOSUL, o que ocorreu foi um momento de grande importância para o processo de integração e o processo político sul americano. Com isso, pode até ter havido certas demoras em outros temas... mas neste, que é um tema essencial, talvez o mais importante, a presidenta agiu com muita firmeza pessoalmente.

RARI – Há um choque entre a UNASUL e o MERCOSUL?

SPG - São duas instituições diferentes. O MERCOSUL é uma instituição basicamente econômica, que vem se modificando com o tempo, enquanto que a UNASUL não é uma instituição econômica, e sim uma instituição voltada principalmente para a cooperação política, em vários aspectos; então não há uma contradição. É como ser membro do MERCOSUL e membro das Nações Unidas; são instituições diferentes.

RARI – Quais os avanços e diferenças na Política Externa de Lula à Dilma?

SPG – Acho que, em primeiro lugar, são duas pessoas diferentes. O Presidente Lula é uma pessoa de uma grande tradição na política externa, embora as pessoas talvez não soubessem quando ele começou o governo. Ele quando começou o governo, antes de assumir a presidência, já havia realizado cerca de cento e doze viagens ao exterior, conhecendo todas as lideranças sindicais dos mais diferentes países, tinha organizado o chamado Foro de São Paulo, era visitado por várias personalidades estrangeiras quando vinham ao Brasil, que em geral pediam para vê-lo. Então era uma pessoa que tinha uma convicção muito grande da importância da política internacional até como forma de trazer apoio ao seu governo internamente, e ao mesmo tempo tinha uma experiência muito grande e uma vocação política muito acentuada; enfim, são pessoas muito diferentes. Agora do ponto de vista prático, com a crise econômica internacional de 2008, ocorreu uma mudança de preocupações, as preocupações se tornaram muito internas, para enfrentar a crise; então também há esse aspecto. Agora, em muitas questões importantes, como a questão da Venezuela ou o apoio à autoridade palestina, e em várias outras questões, a presidenta tem se portado de forma firme.

RARI – Como que o senhor analisa essa nova conformação dos governos ditos progressistas na América Lática?

SPG - É importante, pois antes tínhamos uma série de governos neoliberais, de direita, na América do Sul e na América Latina. Se tomarmos a questão do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, do próprio Chile, do Peru com Fujimori, do Equador, da Bolívia com Sánchez de Lozada, e da própria Venezuela antes do comando de Chavez... era todo um grupo de países governados por presidentes neoliberais, uns mais de direita outros menos, uns mais disfarçados... que naturalmente cooperavam entre si, e tinham as mesmas convicções. Então houve uma mudança muito grande a partir de um certo momento, no Brasil, na Argentina, no próprio Uruguai, na Bolívia, no Equador, na Venezuela... em que assumiram ao poder -- democraticamente, por eleições --, governantes, digamos, de esquerda, com algumas diferenças, de discurso, de ênfase, mas que de uma certa forma todos foram eleitos democraticamente, todos têm programas semelhantes.

RARI – Há semelhanças nas diferenças?

SPG – Primeiro: a recuperação do papel do Estado na economia. Segundo: programas sociais importantes. Todos têm também uma maior preocupação com a diminuição da sua vulnerabilidade externa, com maior e menor êxito, como os casos do Brasil e da Argentina com o pagamento de suas dívidas com o Fundo Monetário Internacional, com o Clube de Paris... tudo isso diminuiu a capacidade de pressão externa sobre estes países, sendo que todos eles com um compromisso democrático importante e preocupados na reconstrução da economia, inclusive com ênfase importante na área de infraestrutura (transporte, energia, e assim por diante); isso é patente na Venezuela, no Equador, e na Bolívia. Então são governos semelhantes e que muitas de suas lideranças se conciliam, através até do próprio Fórum de São Paulo, e que têm cooperado entre si, até porque isso é forma de pressão externa importante para promover mudanças de regime.

Eu queria mencionar o caso da Argentina... a

Argentina é um exemplo para a América do Sul, primeiro, devido ao processo de renegociação da dívida externa; segundo, os programas sociais que são muito importantes, até mais do que em outros países; terceiro, o julgamento dos líderes militares... algo que não é muito simples de fazer, não é verdade? Outro ponto de grande importância é a questão da “Lei de Meios”. Além disso, você tem um conjunto de desprivatizações, como os correios e as companhias de águas... Então você tem um processo não só de impedir a privatização, mas de desprivatização e retomada de controle pelo Estado argentino de setores importantes da economia que haviam sido privatizados.

Digamos então que a cooperação entre os Estados da América Sul é extremamente importante. No caso da América Latina é um pouco diferente... porque aí entra o México, país que tem outra orientação de política econômica e política externa. Temos também os países do Caribe, que são países muito pequenos, e tem a situação de Cuba, que é uma situação muito diferente.

RARI – E nessa análise que o senhor fez sobre as relações internacionais dos países da América Latina, como que o senhor vê essa relação com os Estados Unidos?

SPG – A relação com os EUA é diferente de país para país. O que existe, na minha opinião, é que você tem dois ou três grupos de países: em primeiro lugar, os países que fizeram acordo de livre comércio com os EUA (como todos os países da América Central, mais a Colômbia, Peru e Chile. Estes são países que adotaram uma estratégia de inserção na econômica e na Política internacional. E eu digo na política porque as pessoas às vezes não levam em conta que este tipo de acordo leva ao alinhamento político. Por exemplo, a questão recente da votação da Palestina como observador da Assembleia Geral da ONU: a Colômbia, o Chile, o Peru e o México apoiaram Israel e os EUA. Que coincidência... que enorme coincidência... não é verdade? Eu não quero criticar países, isso não é elegante,

mas o fato é que estes países fizeram uma opção de estratégia econômica, como acordos de comércio com os Estados Unidos e com muitos outros países, abrindo sua econômica totalmente. Agora, você tem um grupo de países entorno do MERCOSUL – Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai –, que são países com uma outra estratégia de incursão econômica. Aí você tem ainda outro grupo de países que não estão nem em uma posição nem em outra, como o Equador, a Bolívia, e a Venezuela, que já entrou no MERCOSUL.

RARI – Sobre a Militarização norte-americana na América do Sul e a reabertura da quarta frota...

SPG – Em primeiro lugar, não é nenhuma novidade. Que a quarta frota já existia antes, não é um novidade, foi uma decisão administrativa, e é até interessante que tenha sido tomada. Para nós foi interessante porque os navios americanos já estavam patrulhando o atlântico sul, com submarinos, e assim por diante. As bases na Colômbia também não eram propriamente uma novidade, já existiam bases de cooperação militar lá há muito tempo. Enfim, na medida em que não há um confronto mais forte com os Estados Unidos, na medida em que as empresas americanas podem atuar nestas economias sem maiores problemas, como é o caso aqui [no Brasil], na Argentina, e mesmo em outros lugares... não há nenhuma possibilidade de confronto, nem há interesse, digamos, desse ângulo.

Mas se amanhã, vamos supor, devido as dificuldades na balança de pagamentos, resolvessem passar uma lei de controle das remessas de lucros, aí a situação muda muito. Enquanto estas coisas não acontecessem, enquanto há liberdade de ação para as grandes empresas multinacionais, não há um desafio maior aí, não há problemas. É claro que em relação a Venezuela é um caso específico, e o Equador também, por que houve uma séria de medidas no que diz respeito justamente as atividades das empresas multinacionais, além de ser revista a dívida externa -- algo que, digamos assim, em linguagem diplomática: “foi visto com

muita preocupação” [risos]... a mesma coisa a Bolívia: a mudança da política boliviana também foi bastante ressentida, sobretudo com a questão do narcotráfico e da ação da DEA no País.

RARI – E a Missão de Paz do Brasil no Haiti?

SPG – Há muita crítica, mas pouca compreensão. E eu vou dizer o por quê. Primeiro, a criação de uma força de paz para o Haiti foi feita pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, por unanimidade, com o voto da China da Rússia e de todos os países. A criação [da MINUSTAH] não dependeu de nós. Segundo, o Brasil foi convidado a participar, e antes de decidir que ia participar, foram enviadas missões aos países do Caribe para saber como estes veriam a ação do Brasil na força de paz, e todos foram de acordo. Terceiro, o Brasil conseguiu que a força de paz também tivesse um papel de reconstrução do país, por ocasião dos furacões e dos terremotos, de um modo tal que eu nunca vi na imprensa nenhuma crítica. Então assemelhar isso com a República Dominicana é um equívoco, algo totalmente diferente. Se houvessem casos de violência das forças brasileiras, você veria nos jornais imediatamente. Notícias contra o Brasil são, em geral, muito bem vindas nos jornais brasileiros... Nunca recebi, durante todos os anos que eu estava no Itamaraty, nenhuma queixa, de nenhum governo, nem nenhuma denúncia... só um caso de um assassinato que houve lá, o que é uma situação complicada pois são tropas de diversos países, e se nós queremos ter um papel internacional não se pode fugir deste tipo de situação.

RARI – Situação de ocupação?

SPG – Não é ocupação. Eu sei que há muitas pessoas que acham que é, até mesmo amigos. Agora, todas as pessoas que foram lá, os parlamentares que foram lá, inclusive da oposição, voltaram e não disseram nada, ficaram impressionados com o trabalho.

RARI – O que é o subimperialismo brasileiro?

SPG – Para você ter subimperialismo, é preciso primeiro ter uma definição de imperialismo. Imperialismo é o que? É você controlar outro país? Controlar o sistema político daquele país? Imperialismo é isso. É influir sobre o seu processo político e econômico. Isso é uma coisa. Outra coisa é você ter empresas brasileiras nesses países, e que, digamos, esses países têm autonomia, têm capacidade para fazer sua própria legislação, para punir as empresas. Ou deveriam ter... Dentro do sistema em que nós vivemos, como é que o Estado brasileiro pode, fora do seu território, pelo fato de a empresa ser brasileira, forçá-la a ter certo comportamento? Até dentro do próprio território às vezes é difícil [risos].

RARI – A alegação é que estas empresas são financiadas pelo BNDES...

SPG – Sim, mas podem ser financiadas. E as outras? E as americanas? Eu acho que, naturalmente, se as empresas brasileiras estão lá adotando práticas que são prejudiciais em termos de direitos trabalhistas ou no meio ambiente, isso é deplorável, e eu acho que o governo brasileiro deveria agir, discretamente, junto a essas empresas, porque isso, evidentemente, afeta os interesses do país.

RARI – E os golpes na América Latina?

SPG – Essa é uma questão interessante... porque nós estamos, talvez, entrando em um processo muito semelhante por aqui, com a atuação de um poder judiciário que atua fora de sua competência. Isso ocorreu em Honduras. Ocorreu também no Paraguai, com o Legislativo e o Judiciário paraguaios. Mas o Brasil teve posições corretas nestes casos. O Brasil foi contra o golpe em Honduras, a despeito de toda a oposição da grande imprensa. Foi também contra o golpe no Paraguai, e também em outras tentativas semelhantes, como na Bolívia, no Equador... Enfim, a posição que o Brasil teve foi a correta. Mas há uma coisa interessante, sobre a qual eu ainda não falei. Se nós fôssemos fazer um retrospecto histórico, nós temos no caso do Brasil e de outros países, a dominação por certas

classes hegemônicas do sistema econômico e político, algo que já dura, no caso do Brasil, há quinhentos e dois anos. Total controle do aparato do Estado, da economia, da mídia, e assim por diante... De repente, em 2002, elege-se um líder, um trabalhador, que certamente foi visto pelas classes hegemônicas com um grande aborrecimento. Vieram até mesmo com a firme determinação de derrubá-lo, como foi o caso em 2005. Mas não deu certo, porque viram que não teriam apoio para aquela manobra. E agora, através do mesmo processo, da ação penal 470 [o chamado “mensalão”], essas classes hegemônicas descobriram que podem ter no Judiciário um grande aliado. E o Judiciário vem assumindo funções que não tem. A própria declaração de que cabe ao judiciário interpretar a Constituição... isso não é a tradição do Direito Público brasileiro. Estão se arrogando de funções que não têm. Agora, por exemplo, determinaram a questão do exame dos vetos da lei dos royalties... o juiz Luiz Fux decidiu como é o que Congresso deveria se comportar... a partir de uma premissa que o STF é o órgão máximo do sistema político brasileiro, o que não é. Basta ler a Constituição.

RARI – O que diz a Constituição de 1988?

SPG – Verificamos que é o Congresso o órgão máximo do sistema político, que é o Legislativo. O Judiciário não é o órgão máximo, de forma alguma. E eles estão se arrogando – com fortíssimo apoio da mídia – essa função de órgão supremo do sistema político brasileiro. Extremamente perigoso isso. Aliás, os partidos de oposição já deram declarações nesse sentido. Já declararam: nosso objetivo é atingir o Lula e as eleições de 2014. Então a campanha, esta operação, é contra ele. Não é contra o Valdemar Costa Neto, nada disso. É uma campanha de desmoralização do Congresso, de desmoralização do Executivo, e de exaltação do Judiciário, e do Supremo especificamente... porque não dá para exaltar o Judiciário, que é um poder extremamente corrompido, como se sabe. Mas de repente, aqueles 11 indivíduos, que não têm o voto, que não representam o povo, se arrogam o poder de representar o povo, e isso é

um golpe. Há um golpe em curso. Pode ficar certo disso.

RARI – Um golpe diferente daquele de 1964?

SPG - O que houve naquela época foi um golpe, obviamente. Hoje em dia não há quem não reconheça. Até os documentos do Departamento de Estado reconhecem; está tudo escrito, divulgado. Naquela época, de um lado, o governo anunciou uma série de medidas, extremamente importantes. Anunciou a reforma urbana, a reforma agrária, a lei de controle de remessas de lucros. Aí, você toca num ponto essencial. A lei de remessas de lucros é um ponto essencial porque isso passa a afetar todo o capital estrangeiro investido no Brasil. Depois, a Igreja toda, em sua enorme e total maioria, apoiava a derrubada de João Goulart, que já vinha sendo atacado desde a época do governo Vargas, desde 1952, 1953, por aí, quando ele propôs o aumento de 100% do salário mínimo.

RARI – E a sua passagem como Alto Representante no Mercosul?

SPG – O MERCOSUL é um organismo intergovernamental. Ele não é supranacional. Então, sendo intergovernamental, todas as decisões do MERCOSUL são decisões unânimes, consensuais, com o apoio de todos os governos. Esse cargo, de Alto Representante, não é um cargo supranacional, mas sim um cargo que precisa representar todos os governos. E quando você não tem o apoio dos governos, principalmente do seu, que é o maior, o MERCOSUL não funciona. Funciona quando o Brasil quer que funcione, porque é o maior país, de longe. Quanto a minha passagem como Alto Representante, eu até estou satisfeito, pois várias das coisas que eu propus quando eu fiz meu relatório lá, quando eu saí, eu tinha dado grande ênfase no ingresso da Bolívia e do Equador, o que agora, na última reunião, foi levado adiante. Isso é uma coisa da maior importância.

RARI – E o projeto dos EUA para a América Latina?

SPG - A primeira pergunta é: qual é o projeto americano? O projeto americano não é um projeto só para a América do Sul, é para o mundo todo... O projeto americano, desde a 2ª Guerra Mundial, era um projeto que partiu da seguinte premissa: que seria interessante para os Estados Unidos adotar a liberalização do comércio internacional. Daí os Estados Unidos terem apoiado a criação do GATT, mais ou menos ao final da década de 1940. Os Acordos de Livre-Comércio... que não são acordos somente de comércio, mas são acordos econômicos muito mais amplos. Eles preveem total eliminação das barreiras ao comércio, a livre movimentação de capitais, nenhuma restrição e nenhuma regulamentação para os investimentos estrangeiros, acesso total ao mercado de serviços, a compras governamentais, propriedade intelectual, e assim por diante. O país ao assinar aquele acordo liberaliza toda a sua economia, e a economia se torna aberta ao capital estrangeiro em qualquer setor. Esse é o projeto Americano, que antes teve uma forma multilateral que era a ALCA, e depois se transformou numa forma bilateral, como EUA-América Central, EUA-Chile, EUA-Peru, EUA-Colômbia...

RARI – ...e a aliança do pacífico?

SPG – A Aliança do Pacífico é a tentativa justamente de agrupar esses países que já assinaram acordos bilaterais.

RARI – Existe um projeto brasileiro?

SPG – O projeto brasileiro é o seguinte: nós não aceitamos essas questões de regulação de investimentos, propriedade intelectual, etc. Nós não aceitamos uma liberalização total do comércio, tanto que persistem o mecanismo de tarifas e tantos outros. Com a ideia de que isso é importante para que o Estado possa promover a política de desenvolvimento econômico usando certos instrumentos. As empresas brasileiras que vão para outros países elas, se estão dentro do MERCOSUL, não estão sujeitas a nenhuma norma de investimentos, sobre liberdade de

circulação de capitais, nem sobre serviços, nem sobre propriedade intelectual. Assim cada país do Mercosul tem a sua própria legislação. A empresa vai para lá e obedece a legislação local.

RARI – As empresas brasileiras também?

SPG – É preciso lembrar o seguinte: nós estamos diante de uma situação, atualmente, em que a economia brasileira está profundamente penetrada pelo capital estrangeiro, em todos os setores. E não só em relação a produção de bens, mas também na área da educação, saúde, escritórios de advocacia... numerosos escritórios foram vendidos para interesses estrangeiros, mantendo o nome de brasileiros a frente, mas que na realidade são escritórios estrangeiros, coisa que a legislação brasileira não permite. Até farmácias, como a rede de farmácias Onofre, de São Paulo, está sendo vendida para uma grande empresa estrangeira... e isso acontece por tudo... você abre o jornal O Valor e toda semana há o anúncio dessas aquisições, como toda essa parte de supermercados, Pão de Açúcar e etc... toda essa parte foi vendida. Então, na realidade, não há a “empresa brasileira”. E são poucas as empresas que do Brasil realizam investimentos em outros países, como a Petrobrás, Vale do Rio doce, Coteminas... tudo modesto... pois a grande parte da estrutura industrial brasileira hoje em dia é estrangeira, e ela não investe no exterior. Então nós estamos falando de uma coisa muito interessante, e que tem grande influência sobre vários aspectos da economia, inclusive sobre o próprio processo de integração da América Latina.

Tomemos o exemplo da Vale do Rio doce, que busca por oportunidades de acesso a recursos minerais... assim como a Petrobrás, que também sai em busca de onde tem petróleo ou gás, onde ela então procura investir. No caso das empresas manufactureiras brasileiras, uma grande parte nem participa disso, porque na verdade é estrangeira. Claro que existe ainda o Banco do Brasil, que é uma empresa estatal, e as construtoras... mas as construtoras tem uma situação diferente: elas fazem obras e depois vão embora. Fazem uma rodovia e depois vão

embora. Não é um investimento permanente. É uma operação que termina. Dessa maneira, quando você tira essas duas ou três grandes empresas, o que resta são estrangeiras. O que se tem, ao fim, é uma série de limitações do mercado interno que são importantes. Por isso que nos últimos anos se tem procurado ampliar muito o mercado interno. Com esses programas sociais (Bolsa Família, Luz para Todos), e uma série de programas na área de transferência de renda, vai sendo formado um mercado interno, já que pessoas que não tinha poder de compra nenhum, ou quase nenhum, passam a ter renda.

Suponhamos que uma empresa tenha capacidade de produzir “100”, mas o mercado interno só vai consumir “80”, ela vai procurar exportar, não é? Portanto é preciso que o mercado interno cresça, e tem crescido muito... e tem se estruturado, com programas educacionais, de saúde... tudo isso estrutura o mercado de trabalho. Essa é uma questão que tem efeitos econômicos e sociais muito importantes. É precisos estruturar o mercado de trabalho do ponto de vista da alimentação, da saúde, da educação... se por exemplo fossem melhoradas toda a área de transporte, transporte urbano, isso seria de grande importância para a melhoria das condições da mão de obra e do mercado, e dos cidadãos; o que você quiser enfocar. Mas o que acontece é isso: a empresa, não tendo oportunidade de investimento no Brasil, e se ela tiver a oportunidade fora, ela acaba indo.